



Seu País



MJ – SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO
DELEFIN/DRCOR/SR/DPF/PR

MF/RA: não movimentar nada e reembolsar
asseguraremos a família. Vamos segurar até
Higienizar apetrechos MF e RA
Vazar doação campanha.
Nova nota minha mídia?
GA, FP, AM, MT, Lula? ECunha?



Azevedo (de
casaco cáqui)
e Odebrecht
tendem a virar
réus em breve.
No celular do
último aparecem,
segundo a PF,
as iniciais
de políticos
influentes

Empreiteiros em apuros

ESCÂNDALO Executivos das principais
construtoras são condenados ou indiciados

POR HENRIQUE BEIRANGÊ

ENQUANTO a Procuradoria-Geral da República prepara as investidas contra figurões do Congresso, o juiz Sergio Moro acelera as ações contra empresários acusados de integrar o esquema de corrupção na Petrobras. Na segunda-feira 20, Moro condenou três executivos da construtora Camargo Corrêa. Dalton dos Santos Avancini, ex-presidente do Conselho de Administração, e Eduardo Hermelino Leite, vice-presidente da empresa, pegaram 15 anos, mas tiveram as penas reduzidas a dois anos no semiaberto por terem assinado acordos de delação. Já João Ricardo Auler, presidente do Conselho de Administração, que não aceitou o acordo, cumprirá nove anos. Cabem recursos. Ao mesmo tempo, a Polícia Federal indiciou Marcelo Odebrecht, presidente da construtora que ostenta o nome da família, e Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez. Em breve, o Ministério Público deverá oferecer denúncia e os dois passarão oficialmente a réus no processo.



TAMBÉM
NESTA
SEÇÃO



pág. 34

Contas no HSBC.

A trama que ninguém
quer investigar

FEDERAL
A FEDERAL
ESTADO DO PARANÁ
PF/PR

olsaremos tudo e
urar até o fim

Lava Jato

1

CAMARGO
CORRÊA

ODEBRECHT

Para justificar o indiciamento, a PF alega que Odebrecht teria tentado interferir nas investigações, atitude negada pela defesa do empresário. Na memória de um dos celulares apreendidos na casa do empreiteiro, os agentes localizaram uma série de siglas que, segundo os investigadores, referem-se a políticos e integrantes da própria polícia. Em uma das mensagens cifradas, Odebrecht descreveria: “Trabalhar para/ anular (dissidentes PF)”.

Os integrantes da força-tarefa relacionam o texto a notícias recentes sobre conflitos internos na corporação, por conta da Lava Jato. Afirmam o relatório de indiciamento: “Se levarmos em consideração as matérias (*grampo na cela, descoberta de escuta, vazamento de gás, dossiês*) veiculadas nos vários meios de comunicação, nos últimos meses, que versam sobre uma possível crise dentro do Departamento de Polícia Federal, poder-se-ia, hipoteticamente, concluir que tal plano já estaria em andamento”. A menção levou Moro a classificar o fato como “perturbador” e a cobrar explicações da defesa do empreiteiro. Uma das advogadas de Odebrecht foi proibida de acompanhar um depoimento do cliente, o que gerou protestos da Ordem dos Advogados do Brasil, por

causa do cerceamento ao direito de defesa.

Antes de ser preso, em 19 de junho, Odebrecht acompanhava atentamente os desdobramentos da operação, segundo se depreende das mensagens interceptadas. O empresário deixou registrado no celular a necessidade de

mantenha contato com os principais políticos do País. Curioso é o fato de uma das siglas não ter sido identificada: JS. Pior, ela foi a única a ser coberta com uma tarja preta. JS seria José Serra, especula-se, pelo fato de o nome do senador ter sido citado em outro trecho do relatório. A PF diz que referências a autoridades com foro privilegiado teriam sido encobertas, mas os fatos desmentem essa versão: os governadores e o vice-presidente tiveram seus nomes expostos, apesar de também usufruírem da prerrogativa.

Em outro trecho, Odebrecht cita enigmaticamente “Liberar p/Feira, pois meu pessoal não fica sabendo. Deixar prédios com Vaca para Edinho visão da conta toda inclusive o gasto com Haddad MRF: dizer do risco cta suíça chegar campanha dela?” Segundo os investigadores, seriam menções ao prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, ao ex-tesoureiro do PT, João Vaccari, preso desde 15 de abril, e Edinho Silva, atual secretário de Comunicação do governo e tesoureiro da campanha de Dilma Rousseff no ano passado. Chama a



Avancini, Leite
e Auler foram
condenados.
Os dois primeiros
fizeram acordo
de delação
e tiveram a pena
reduzida



Seu País

atenção o fim da frase. Seria uma referência à campanha da presidenta?

Também há citações cifradas a “PRC” e a Suíça. Segundo agências de notícias internacionais, o Ministério Público suíço teria aberto um inquérito para identificar a origem dos depósitos.

O indiciamento de Azevedo, da Andrade Gutierrez, escora-se principalmente no relacionamento com o lobista Mário Góes. Planilhas apreendidas mostram que a construtora realizou pagamentos milionários à Rio Marine, empresa de Góes, apontado como intermediador do pagamento de propina de várias empresas. Entre julho de 2007 e novembro de 2009, foram repassados 4,9 milhões de reais ao lobista.

Apesar do indiciamento, Odebrecht e Azevedo permanecem na prisão. A dúvida quanto aos dois executivos indiciados é se eles ainda representam algum risco às investigações, conforme alegado no momento da detenção, ou se trata de uma estratégia para forçá-los a aceitar um acordo de delação premiada.

Para Avancini e Leite, da Camargo Corrêa, a delação funcionou. A empreiteira mantinha contratos de cerca de 6 bilhões de reais em obras das refinarias Abreu e Lima, em Pernambuco, e

Em despacho, o juiz Moro defendeu os acordos de leniência

Getúlio Vargas, no Paraná, e é acusado de pagar 110 milhões em propinas. Com os acordos, Avancini e Leite, caso a sentença seja confirmada em instâncias superiores, cumprirão dois anos em regime semiaberto diferenciado, quando não precisam dormir na cadeia, mas permanecem em casa nos fins de semana e à noite. A partir de 2018, passariam para o regime aberto. Auler, que se recusou a fazer delação, foi condenado a nove anos e seis meses, sem benefícios. O executivo poderá recorrer em liberdade.

Os desdobramentos da Lava Jato levaram agências de classificação a reduzir ou colocar sob ameaça de rebaixamento os ratings da Andrade Gutierrez e da

Odebrecht. Isso aumenta a pressão sobre o setor e sobre a economia brasileira. Os impactos da paralisia na área estão por toda parte. Entre julho de 2014 e junho deste ano, a construção civil fechou 330 mil vagas, segundo dados do Ministério do Trabalho. O cenário negativo, tudo indica, levou Moro a se posicionar de forma distinta da visão de integrantes da Polícia Federal na força-tarefa da Lava Jato. Ao contrário dos delegados, críticos dos acordos de leniência, o magistrado declarou-se a favor. A leniência, em estudo na Controladoria-Geral da União, permitiria punir os executivos envolvidos em corrupção sem impedir as companhias de continuarem a participar de licitações. “Talvez sejam eles a melhor solução para as empresas, considerando questões relativas a emprego, economia e renda”, anotou Moro.

As próximas condenações dos demais executivos envolvidos tendem a sair, no máximo, em 40 dias. A sentença contra os executivos da Odebrecht e da Andrade Gutierrez, talvez em dezembro. Seria o fim da Operação Lava Jato, ao menos na primeira instância em Curitiba? Provavelmente, não. Integrantes do Ministério Público Federal estimam ao menos mais dois anos de investigações. Contratos no setor elétrico, entre eles a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, serão analisados. A força-tarefa também continua diante de um dilema. Sabe-se que o esquema de propina foi reproduzido em várias obras nos estados e beneficiaram outros partidos políticos, além do PT e os suspeitos de sempre, PMDB e PP. A história de Adir Assad, contada a partir da página 31, é só um exemplo. O doleiro aparece na Lava Jato e é acusado de pagar propina em projetos no estado de São Paulo, comandado há duas décadas pelos tucanos.

O fim da operação e seus desdobramentos definirão se os investigadores estão realmente dispostos a passar o Brasil a limpo, como afirmam, doa a quem doer. •



Moro, sobre os acordos de leniência: “Talvez sejam a melhor solução para as empresas e a economia”